

Revista



FEBASE

Ano VI
N.º 55
1,50 €
Julho de 2015

Diretor: Delmiro Carreira

Federação do Sector Financeiro



Diretores Adjuntos: Aníbal Ribeiro, Carlos Marques, Horácio Oliveira, Teixeira Guimarães e Tomás Braz

Setor financeiro,
entre negócio e confiança

Um pouco
de ética, s.f.f.



10

Horário de trabalho:
as normas da isenção



4

Sindicato único
avança

Ficha Técnica

Propriedade:
Federação do Setor Financeiro
NIF 508618029

Correio eletrónico:
revista.febase@gmail.com

Diretor:
Delmiro Carreira – SBSI

Diretores Adjuntos:
Aníbal Ribeiro – SBC
Carlos Marques – STAS
Horácio Oliveira – SBSI
Teixeira Guimarães – SBN
Tomáz Braz – SISEP

Conselho Editorial:
Firmino Marques – SBN
Jorge Cordeiro – SISEP
Patrícia Caixinha – STAS
Rui Santos Alves – SBSI
Sequeira Mendes – SBC

Editor:
Elsa Andrade

Redação e Produção:
Rua de S. José, 131
1169-046 Lisboa
Tels.: 213 216 090/062
Fax: 213 216 180

Revisão:
António Costa

Grafismo:
Ricardo Nogueira

Execução Gráfica:
Xis e Érre, Lda.
xer@netcabo.pt
Rua José Afonso, 1 – 2.º Dto.
2810-237 Laranjeiro

Tiragem: 62.450 exemplares
(sendo 5.450 enviados por
correio eletrónico)
Periodicidade: Mensal
Depósito legal: 307762/10
Registado na ERC: 125 852

A publicidade publicada e/ou
inserta na Revista Febase é da total
responsabilidade dos anunciantes

Boas férias

A equipa da Revista Febase deseja
a todos os associados e leitores boas
férias, com o merecido descanso depois
de um ano de trabalho.

Como em anos anteriores e por motivo
da época estival, a revista não se publica-
rá em agosto e setembro, voltando ao
contacto com os leitores em outubro.

sumário

SINDICAL | Atualidade

Sindicato único dá mais um passo **4**
Novo Banco: Febase e Stock da Cunha debatem
segurança dos trabalhadores **6**
Febase reúne-se com Isabel Castelo Branco
em defesa dos trabalhadores da Parvalorem **8**

QUESTÕES | Jurídicas

Isenção de horário de trabalho ou a parábola climatérica
da eira e do nabal **10**

Dossiê | Setor Financeiro

Negócio e ética podem ser compatíveis **11**
Atenção às pensões! **13**

TEMPOS LIVRES | Nacional

Tiro: Pontaria de Rui Martins vale título **15**
Pesca de Alto Mar: Bicampeonato para Bruno Ferreira **15**
Futsal: Team Foot Activobank conquista triplete **16**
Caminhadas Febase: Último esforço antes de férias **17**



TEXTO: **CARLOS MARQUES**

A Europa cuidou de construir o telhado,
mas esqueceu-se que a união monetária,
para ter êxito, precisava de ter outros
instrumentos fundamentais

Desesperança

Assistimos todos, assim penso, aos sucessivos episódios sobre a situação grega e ao desespero que a ausência de uma solução duradoura – pelo menos na altura em que se escreve este editorial – seja encontrada.

A forma como a globalização da economia tomou conta das nossas vidas, fazendo com que um espirro no Japão nos constipe diretamente ou uma dor de cabeça no Brasil possa trazer consequências pesadas para a economia mundial, era motivo mais que suficiente para que uma Europa que avançou para a moeda única pudesse ter previsto à partida as situações hoje existentes nos países em que a economia era rotineiramente mais débil, como é o caso da Grécia, a Irlanda, Portugal e até a Itália.

O facto é que a Europa cuidou de construir o telhado, mas esqueceu-se que a união monetária, para ter êxito, precisava de ter outros instrumentos fundamentais, sem os quais dificilmente poderia alcançar esse desiderato. Alguns, poucos, estadistas alertaram para isso, mas na verdade pouco ou nada foi feito.

Falamos de uma Europa com outro modelo de governação, mais decisório; de uma Europa com uma política fiscal única, que impedisse, como hoje acontece, que empresas mudem as suas sedes para outros locais na mesma Europa comunitária para assim pagarem menos impostos; de uma política externa comum, veja-se como a questão da aproximação da Grécia à Rússia é colocada pelos primeiros

como uma alternativa que faz reagir o Senhor Obama e até a Senhora Merkel; de uma política comum para ajudar a resolver a calamidade das migrações trans-saharianas, não pela via da utilização da força, mas sim através do desenvolvimento económico dos países que estão na origem dessas migrações.

A este propósito, a forma pouco cuidada como a Europa acompanhou os Estados Unidos naquilo que pensava ser uma solução para muitos dos países do Norte de África resultante da chamada "primavera árabe" constitui-se num péssimo exemplo de exportação de modelos de governação que unicamente resultaram no aparecimento de ideologias mais fundamentalistas como aquela que o "estado islâmico" aplica nos territórios que domina e naqueles, que por este andar, irá dominar.

Estamos assim nesta Europa a que pertencemos, com uma grave crise económica a que se tenta reagir com medidas financeiras e políticas, estas últimas muito timoratas, mas sem ir ao âmago da questão, isto é, sem discutir, aprofundar e aplicar um novo modelo de governação que substitua o atual, permitindo assim o reforço do poder e das políticas comuns europeias em detrimento das políticas locais. É do federalismo europeu que falo, por contraponto ao que hoje sucede.

Esta será, em minha opinião, a única esperança capaz de fazer face à desesperança atual. ■



18

**Bancários
Sul e Ilhas**



21

**STAS Actividade
Seguradora**



24

**SISEP Profissionais
de Seguros**



26

**Bancários
Norte**



30

**Bancários
Centro**

Reunião no Porto

Sindicato único dá mais um passo

Um projeto de organograma da futura organização sindical está a ser debatido pela Comissão dos Estatutos, nomeada pelas Direções dos cinco Sindicatos da Febase

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



A negociação coletiva na banca e nos seguros e o ponto de situação sobre o sindicato único foram os temas principais da reunião do Secretariado da Febase, que se realizou no dia 25 de junho, no Porto.

Depois de ter sido aprovada a ata da reunião anterior, o Secretariado entrou no debate dos temas da Ordem de Trabalhos.

Um dos assuntos mais importantes em discussão foi sem dúvida o progres-

so no projeto de organização nacional que agregará os sindicatos da Federação, corporizando uma das maiores estruturas sindicais do setor financeiro da Europa.

Nesse sentido, a Comissão dos Estatutos, encarregada de avançar o processo e composta por membros dos cinco Sindicatos, fez o ponto de situação sobre o sindicato único.

A Comissão anunciou ao Secretariado que vai realizar nova reunião ainda antes do período de férias para discutir uma proposta de organograma da futura organização. O projeto será acompanhado de notas referentes a cada um dos órgãos propostos, nomeadamente sobre funções e composição, e será remetido às Direções de cada um dos cinco sindicatos. Posteriormente será analisado e discutido numa próxima reunião do Secretariado da Febase.

Contratação coletiva na banca...

O Secretariado debateu igualmente o ponto de situação relativamente à negociação coletiva na banca e nos seguros.

Paulo Alexandre, do Pelouro da Contratação, revelou não ter havido qualquer evolução significativa nas nego-

ciações do ACT do setor bancário desde a anterior reunião do Secretariado, mantendo-se as divergências entre as partes em algumas matérias relevantes.

Apenas no início de junho se realizou uma reunião entre as partes, na qual o grupo negociador das instituições de crédito apresentou um levantamento das sessões havidas até ao momento, com a elencagem das cláusulas que o patronato entende fundamentais para a obtenção de um entendimento.

Em consequência, a parte sindical encontra-se agora a examiná-las, em ordem a elaborar uma resposta, que apresentará na próxima reunião do Secretariado, prevista para 29 de julho.

... e nos seguros

No que diz respeito aos seguros, António Carlos adiantou que os sindicatos do setor segurador da Federação se encontram a trabalhar sobre o con-



Os salários dos dirigentes

Face a uma notícia publicada num jornal diário, a Febase esclarece que o seu teor não diz respeito a nenhum dos Sindicatos dos Bancários que integram a Federação – Sindicatos dos Bancários do Centro, do Norte e do Sul e Ilhas.

Em causa está a primeira página do "Correio da Manhã" (CM) de 23 de junho sobre um "Sindicato de Bancários", que provocou dúvidas nos leitores mais apressados. No entanto, a notícia refere-se ao Sindicato Nacional dos Quadros e Técnicos Bancários (SNQTB). Segundo o jornal, o presidente do SNQTB recebe um salário de 12 mil euros. "Em 2015, Afonso Pires Diz passou a ganhar seis mil euros do sindicato, mais seis mil pagos pela Fundação Social do Quadro Bancário de que é presidente", lê-se na notícia. O CM adianta que tanto o salário como a própria Fundação estão sob investigação. Oito queixas chegaram ao Departamento de Investigação e Ação Penal (DIAP) e "levaram à abertura do processo de investigação n.º 4825/14.1TDLSB-03, que corre na 5.ª Secção".

Os dirigentes dos Sindicatos da Febase, esclarece a Federação, apenas recebem o vencimento que decorre das convenções coletivas de trabalho não auferindo, em consequência, qualquer remuneração adicional pelo desempenho da atividade sindical.

Os Sindicatos dos Bancários integrantes da Febase lamentam a prática agora tornada pública, que em nada dignifica o sindicalismo e que constitui uma afronta à difícil situação social e económica da generalidade dos trabalhadores portugueses e, em particular, dos bancários. ■

trato assinado em 2012 – que contém cláusulas mais benévolas que o anterior, fruto da negociação havida –, no sentido de que a Associação Portuguesa de Seguradores (APS) aceite o princípio de que está na altura de rever a mais recente tabela salarial, sem alterações desde 2009, para o que parece mostrar-se sensibilizada.

António Carlos mostrou-se convicto de que quando os Sindicatos apresentarem uma nova proposta de contrato, em setembro, encontrarão bom acolhimento por parte da APS, incluindo para algumas cláusulas de natureza social. ■

Site para a Febase



A política de comunicação da Federação mereceu também a atenção do Secretariado. Nesse âmbito, foi aprovada a criação de um site institucional, cuja implementação ficará a cargo do Pelouro de Informação.

Foi ainda decidido que na próxima sessão do Secretariado o Conselho Editorial da Revista Febase apresentará uma proposta de novo lay-out para este órgão de comunicação. O objetivo desta mexida é fazer um "refrescamento" na imagem gráfica da revista, tornando-a mais atrativa aos leitores, bem como alterar a exposição dos temas informativos.

Novo Banco

Febase e Stock da Cunha debatem segurança dos trabalhadores

Administração do Novo Banco garante aos Sindicatos disponibilizar a todos os trabalhadores os meios indispensáveis à sua defesa contra os chamados lesados do BES

Texto: **INÉS F. NETO**

Os presidentes dos três Sindicatos dos Bancários da Febase e dois representantes do Pelouro da Contratação reuniram-se no dia 16 de junho com a Comissão Executiva do Novo Banco (NB), liderada por Stock da Cunha.

A reunião foi solicitada pela Febase logo que tomou conhecimento das movimentações dos chamados lesados do BES junto dos balcões da instituição, que acompanhados por agentes da PSP pretendiam identificar os trabalhadores que lhes terão apresentado para subscrição do papel comercial do GES.

No encontro com a administração, os representantes dos Sindicatos manifestaram as suas preocupações face ao que poderá acontecer aos trabalhadores do banco e, de acordo com a sua análise, alertaram Stock da Cunha para a eventualidade de a situação se agravar com a vinda de férias de emigrantes com aplicações no GES.

Os responsáveis do NB expressaram também a sua enorme preocupação com



tudo o que se está a passar, adiantando que a instituição disponibilizou a todos os trabalhadores os meios indispensáveis à sua defesa.

Quanto aos clientes do papel comercial, o banco mantém a posição de que esta não é uma questão do NB mas do GES, aguardando que as autoridades superiores – nomeadamente o Supervisor e o Regulador – encontrem uma solução.

Reestruturação

A Febase aproveitou a reunião para questionar a administração sobre a

existência de um eventual plano de reestruturação do banco.

Stock da Cunha garantiu que nada está previsto, adiantando que se forem confrontados com essa necessidade os trabalhadores são de imediato informados.

Manifestação

Os Sindicatos têm reiterado a sua indignação face às repetidas ações contra os bancários levadas a cabo pelos apelidados lesados do BES, um pouco por todo o País.

Assim, mais uma vez lamentaram profundamente o que dia 18 de junho voltou a acontecer junto à sede do Novo Banco na Av. da Liberdade, em Lisboa, considerando que os manifestantes escolheram mal o alvo da sua fúria, pois está mais do que provado que os trabalhadores do NB não são responsáveis pela situação.

A Febase manifesta a sua solidariedade a todos os bancários do Novo Banco, nomeadamente aos seus sócios, recordando que os serviços jurídicos dos respetivos Sindicatos estão ao seu dispor para qualquer esclarecimento ou apoio. ■



A PERDA DE AUDIÇÃO JÁ NÃO É UMA NOVELA.

Procure a ajuda do seu audiologista WIDEX e ouça o que a vida tem de melhor.

3 VANTAGENS ÚNICAS PARA O BENEFICIÁRIO SAMS:

1. Os melhores especialistas do país em reabilitação auditiva.

Aparelhos auditivos de alta definição WIDEX, com condições especiais.

2. Serviço com Certificação de Qualidade ISO 9001/2008*

Audiologistas licenciados e um serviço pós-venda único em 24 horas garantem que retirará o máximo proveito do seu aparelho auditivo WIDEX.

3. Melhoria da sua qualidade de vida.

Tome uma iniciativa pela sua audição e aproveite o que a vida tem de melhor.



OFERTA DISPONÍVEL

no centro Clínico Ambulatório do SAMS, Serviço de Audiofonia, em Lisboa, ou em qualquer CENTRO AUDITIVO WIDEX em todo o país.

Saiba tudo sobre a sua audição em www.widex.pt



Nº verde gratuito
800 200 343

1ª CONSULTA GRÁTIS
Informações adicionais
em www.widex.pt



WIDEX
CENTROS AUDITIVOS

Almada | Angra do Heroísmo | Amora | Aveiro | Braga Parque | Campo Maior | Cascais* | Castelo Branco* | Coimbra* | Covilhã | Évora | Faial | Faro* | Funchal
Guarda | Guimarães | Leiria* | Lisboa 5 de Outubro* | Lisboa Colombo | Pico | Ponta Delgada | Portalegre | Porto* | Santarém | Setúbal* | Sines | Tavira | Vendas
Novas | Viana do Castelo | Viseu — *(Centros Auditivos com atividade certificada).

Febase reúne-se com Isabel Castelo Branco em defesa dos trabalhadores da Parvalorem

A Federação foi sensibilizar a secretária de Estado do Tesouro para a situação dos trabalhadores da empresa pública, defendendo a sua integração no Banco de Fomento

Textos: **INÊS F. NETO**



Uma delegação da Febase, acompanhada pelo secretário-geral da UGT, reuniu-se no início deste mês com a secretária de Estado do Tesouro, com o objetivo de evitar o despedimento coletivo dos 17 trabalhadores da Parvalorem e defender os postos de trabalho da empresa estatal de recuperação de crédito do ex-BPN.

A delegação, constituída por um representante de cada Sindicato dos Bancários da Febase, manifestou à governante com a tutela da Parvalorem a preocupação sindical com o futuro dos trabalhadores da empresa, e desde logo

com o daqueles sobre quem pende a ameaça de despedimento coletivo.

A Febase defendeu junto de Isabel Castelo Branco que seja feito um esforço no sentido de integrar estes trabalhadores nos quadros de pessoal das instituições de crédito do Estado.

Nesse âmbito, frisou o caso da Instituição Financeira de Desenvolvimento, vulgarmente conhecida como Banco de Fomento, recentemente constituída. A instituição precisará de funcionários para desempenhar as funções para que foi criada, pelo que a Federação considera dever ser dada preferência

a este conjunto de trabalhadores.

A secretária de Estado do Tesouro mostrou-se sensível às preocupações sindicais, adiantando que todas as questões que envolvam a vida de famílias são muito relevantes, sem contudo se comprometer com qualquer solução.

Várias medidas

Recorde-se que a Febase sempre criticou as sucessivas opções políticas que levaram a situação da Parvalorem a culminar num despedimento coletivo, exigindo que fossem tomadas medidas para defender o futuro dos trabalhadores da empresa do setor empresarial do Estado.

Já por diversas vezes se reuniu com a administração da empresa, com o objetivo de travar o despedimento coletivo, tendo proposto, na impossibilidade de salvaguardar os postos de trabalho, que se recorresse às rescisões por mútuo acordo, o que levou a administração a reabrir o processo.

A Febase defendeu também que os serviços entregues em *outsourcing*, por concurso público, a uma empresa externa, voltassem à Parvalorem, o que manteria os postos de trabalho.

A Federação nunca deixou de apresentar alternativas à decisão mais drástica, tentando agora que os trabalhadores em causa passem para o Banco de Fomento. ■



Isabel Castelo Branco, secretária de Estado do Tesouro

Oasistravel.net
CREATIVE SOLUTIONS

Guia-Acompanhante
Oasistravel
durante toda a viagem



Consulte-nos e
aproveite
CONDIÇÕES
ESPECIAIS
e DESCONTOS
FEBASE !!

Pagamentos
até 18 meses
rigorosamente
sem juros ou
encargos
(dependendo das datas da
viagem e da inscrição)

Oferta Seguro de
Viagem Especial
incluindo seguro de
cancelamento e
interrupção da viagem e
capital MIP 60.000€

Oferta Taxa de
Reserva



OASISTRAVEL

30 anos
de confiança

EXCLUSIVOS OASISTRAVEL - SELECÇÕES 2015

Roménia & Bulgária | 18 Agosto – **1.368€**
10 dias | Pensão Completa | Hotéis 3*/4*/4*sup.

7 Países da Ex-Jugoslávia | 5 Setembro – **2.368€** ou 395€/mês*
12 dias | Pensão Completa | Hotéis 3*/4*

Sicília com extensão a Malta | 13 Setembro – **1.560€** ou 260€/mês*
7 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*

Irão – Trilhos da Antiga Pérsia | 25 Out.–**2.160€** ou 270€/mês* + 24 Set.–**2.088€** ou 348€/mês*
10 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*sup./5*

Grande Circuito do México | 8Out. – **2.870€** ou 359€/mês*
14 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/5*

Japão Fascinante | 14 Outubro – **3.486€** ou 436€/mês*
11 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/4*sup.

Sri Lanka – O Antigo Ceilão | 15 Outubro – **1.990€** ou 249€/mês*
10 dias | Pensão Completa | Hotéis 5*

Tailândia – O Reino do Sião | 31 Outubro – **2.890€** ou 361€/mês*
13 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/4*sup.

Singapura, Timor, Indonésia & Malásia | 4Nov – **4.788€** ou 479€/mês*
13 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/5*

Argentina & Chile – Patagónia & Terra do Fogo | 4Nov – **4.536€** ou 454€/mês* (+ nova partida Jan'2016)
14 dias | 20 Refeições | Hotéis 4*/4*sup

O Melhor do Sul da Índia & Sri Lanka | 7Nov – **2.988€** ou 299€/mês*
16 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*sup./5*

Índia-Magia Colorida do Rajastão | 19Nov–**1.990€** ou 199€/mês* + 12Jan–**1.790€** ou 128€/mês*
11 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*/5*

Esplendores do Sul da Índia | 24 Nov – **2.784€** ou 279€/mês*
17 dias | Pensão Completa | Hotéis 4*sup./5*

Fim-do-Ano Nova Zelândia & Austrália | 27Dez–**7.756€** ou 647€/mês*
20 dias | Pensão Completa | Cruzeiro Royal Caribbean e Hotéis 4*/4*sup

...Nova York | China, Macau, Hong-Kong | Guatemala & Honduras | Vietname, Laos & Cambodja
Fim-do-Ano: Cruzeiro Singapura & Sudeste Asiático; Nova York; e outras sugestões...

* = Consulte-nos para informações detalhadas sobre possibilidade de pagamento em mensalidade.

Faça "gosto" em



e receba as nossas novidades em tempo real.

LISBOA - MQ POMBAL
213 193 600
outgoing@oasistravel.net

LISBOA - AV. ROMA
218 411 700
groups@oasistravel.net

SETÚBAL
265 237 674
setubal@oasistravel.net

www.oasistravel.net

Isenção de horário de trabalho ou a parábola climatérica da eira e do nabal

A isenção de horário de trabalho rege-se pelas normas do Código do Trabalho e não é um complemento retributivo

TEXTO: RICARDO CLARA*

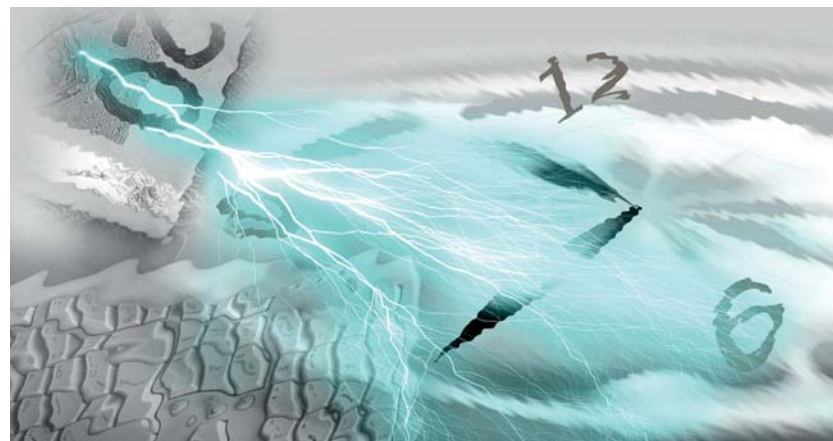
No mundo das relações jus-labonais, as dúvidas dos trabalhadores são, a passo largo, cada vez mais superiores às certezas. De entre aquelas que mais dúvidas podem suscitar, por revolver umbilicalmente com o tempo de trabalho e a retribuição, estão as isenções de horário de trabalho (IHT).

As IHT são um instrumento jurídico previsto nos art.º 218 e 219 do Código do Trabalho (CT), no art.º 265 CT, e ainda, com carácter específico, em instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (IRCT), como sejam os contratos colectivos de trabalho ou os acordos de empresa.

A IHT só pode ser aplicada nos casos previstos no art.º 218 CT, ou seja, "exercício de cargo de administração ou direcção, ou de funções de confiança, fiscalização ou apoio a titular desses cargos"; "execução de trabalhos preparatórios ou complementares que, pela sua natureza, só possam ser efectuados fora dos limites do horário de trabalho" e "teletrabalho e outros casos de exercício regular de actividade fora do estabelecimento, sem controlo imediato por superior hierárquico", sendo para tal necessário o acordo escrito entre as partes.

Este acordo, regra geral, poderá incidir numa de três modalidades de IHT: "não sujeição aos limites máximos do período normal de trabalho"; "possibilidade de determinado aumento do período normal de trabalho, por dia ou por semana" e "observância do período normal de trabalho acordado" (art.º 219/1 CT).

A primeira modalidade implica que o trabalhador não fique sujeito ao limite do período normal de trabalho; a segunda modalidade implica que o trabalhador possa prestar mais horas do que as do período normal de trabalho, definindo-se a priori o período excedente; e a terceira modalidade implicará a inexistência de horário fixo do trabalhador. Transversal a



todas as modalidades é o facto de a IHT não poder prejudicar o direito às férias, aos dias de descanso semanal, aos feriados e ao descanso diário (salvo se se tratar de trabalhadores que ocupem cargos de direcção, administração, ou com poder de decisão autónomo).

Remuneração adicional**

A IHT atribui ao trabalhador o direito a uma remuneração adicional (art.º 265 CT). Esta retribuição surge como consequência da disponibilidade do trabalhador não se sujeitar às regras comuns do horário de trabalho, e não propriamente com o possível acréscimo de trabalho. O citado artigo prevê os limites retributivos da IHT, aplicáveis caso os IRCT não balizem tais valores.

Assim, a IHT é um instrumento legal com um carácter marcadamente transitório na vida do contrato de trabalho, estando a sua retirada sujeita às imposições definidas pelos IRCT aplicáveis particularmente a cada Banco. Ou seja, "a isenção de horário de trabalho é uma situação reversível, pelo que, cessando esta, naturalmente que o trabalhador deixa de ter direito à remuneração correspondente". Tal aplica-se àquilo que muito possivelmente podemos apelidar de verdadeiras isenções de horário de trabalho, desde que configuradas e atribuídas nos moldes descritos.

Contudo, e não raras vezes, podem os trabalhadores depararem-se com situações em que o modo de atribuição da IHT, por contrário ao legalmente estabelecido, ou por desvirtuar o seu objectivo na execução do contrato de trabalho, ser na

verdade um verdadeiro complemento retributivo "travestido" de IHT, fixando o trabalhador na sua esfera jurídica o direito a ter esse valor como garantido durante a vida do seu contrato de trabalho – ou seja, aquilo que podemos apelidar de falsas isenções de horário de trabalho.

Sem efeitos na reforma

Esta pequena exposição de um dos vários instrumentos jurídicos previstos na lei laboral deverá obrigatoriamente entroncar numa reflexão dos trabalhadores com recurso ao antigo adágio popular de que não se pode querer sol na eira e chuva no nabal.

Uma vez perante a atribuição de uma IHT e do carácter remuneratório que a acompanha, deve sempre o trabalhador atentar que o prazer ou satisfação imediata que pode retirar do aumento remuneratório mensal não se irá coadunar com a ira ou decepção de verificar que tal valor (de entre outros) não irá ser contabilizado para efeitos de cálculo de pensão de reforma, uma vez atingido tal momento.

Uma análise cuidada à proposta da entidade empregadora, um juízo com vista ao seu futuro e a consulta dos respectivos serviços jurídicos irão com certeza dissipar quaisquer dúvidas ou interpretações erróneas antes destas surgirem. ■

*Advogado do SBN

**Subtítulos da responsabilidade da Redação

O autor escreve ao abrigo da antiga ortografia

Respeitar clientes, trabalhadores e comunidade. É possível ser uma empresa socialmente responsável e mesmo assim criar valor para os acionistas. Chama-se ética e existe em Portugal... mas pouco

TEXTO: ELSA ANDRADE

Negócio e ética podem ser compatíveis

Debater a ética e a responsabilidade social do setor financeiro é complexo. Isso mesmo foi possível constatar no seminário "Setor financeiro: sustentabilidade, negócios e confiança", organizado pela UGT e pelo CEFOSAP no âmbito da 10.ª Semana da Responsabilidade Social, que contou com a participação da Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE).

A banca tem estado no centro do furacão da atual e prolongada crise, arrastando a economia e a sociedade para a situação mais difícil das últimas décadas. Para muitos, tudo se resume à opacidade e falta de regulação do setor. Numa palavra: à ética – ou, para sermos precisos, à sua ausência.

Portugal não passou incólume e três casos são dramaticamente exemplificativos: BPP, BPN e BES. As ondas de choque deste último continuam a atingir muita gente, dos lesados do papel comercial aos trabalhadores, sobre quem recai a fúria dos primeiros.

"Os trabalhadores do ex-BES são a parte visível do banco, mas não foram eles que determinaram a gestão ou a venda de produtos. São as pessoas que menos culpas têm neste processo e quem mais sofre", recordou Clara Quental, do Secretariado da Febase, durante a sua intervenção.

Referindo-se ao papel do setor financeiro enquanto motor da economia – "qualquer ato importante na vida dos cidadãos e das empresas implica uma relação contratual com um banco" –, a também dirigente sindical do SBN sublinhou a atitude pró-ativa dos governos quando há problemas, ao contrário do que acontece com outros setores de atividade.

A relação de confiança banco/cidadão assenta em seriedade, confiança, integridade, sigilo, gestão rigorosa. "Quais destes parâmetros estão a ser cumpridos?", questionou Clara Quental, concluindo: "Esta relação está ferida".

Num discurso muito crítico, a sindicalista censurou a "opacidade própria e indestrutível" do setor financeiro, que funciona tanto na vertical como na hori- ▶

Seis ideias sustentáveis

Seis ideias éticas para um desenvolvimento sustentável foram avançadas durante o seminário. São elas:

- Responsabilidade: de todos os intervenientes;
- Ecossistema de trocas: o conceito tripartido de patrões, trabalhadores e Estado está obsoleto, a sociedade já não se organiza assim. Nas grandes empresas é o núcleo de acionista que tem poder. Num ecossistema de trocas, se uma parte falhar todo o sistema falha. O movimento sindical já percebeu isso;
- Valorização: é preciso subir o valor do trabalho, aumentar a formação dos empresários e promover a inovação;
- Cooperação: Portugal é um País muito pequeno, os atores sociais têm de cooperar entre si;
- Desenvolvimento: é preciso converter para as empresas os objetivos do desenvolvimento sustentável;
- Distribuição: a solução está em produzir mais e distribuir melhor. Não é possível perpetuar paradigmas errados.



Sofia Santos, Rui Riso e Clara Quental analisaram o comportamento da banca. Jorge Mesquita (Cefosap) moderou.

► zontal: "Nem clientes nem trabalhadores têm acesso a toda a informação".

"O setor financeiro nunca quis e não quer ser transparente. Não aprendeu nada com a crise e não adaptou os produtos às necessidades dos clientes, não percebeu que estes querem outros produtos, outros bancos. Pelo contrário, 'impõe' o que quer, como quer", frisou, concluindo: "Temos obrigação de mudar isto".

Transparência

A prova de que é possível atuar de forma transparente e socialmente responsável foi trazida ao debate pela economista Sofia Santos, que nos últimos 15 anos tem trabalhado o tema da sustentabilidade da banca.

É o caso dos fundos socialmente responsáveis (de empreendedorismo social e ambiental) – que na Europa atingem já 50% do total – e da banca ética.

Sim, existe uma banca ética, que se orienta por valores, tem como meta o longo prazo, é responsável, age além da lógica de empresa e a maximização do lucro não é o mais importante. "A nível mundial há 28 bancos pequenos que agem desta forma, com rácios de rentabilidade entre 12% e 14%", revelou Sofia Santos, adiantando que estão agrupados na Global Alliance for Banking.

A economista salientou o Triodos Bank, que só concede empréstimos a empresas depois de confirmar se o tipo de negócio é aceitável e se respeita a ética empresarial.

Na ótica de Sofia Santos, depois da intervenção da troika a banca portuguesa terá de mudar, reaproximando-se da economia real de que se afastou nos últimos anos, especializando-se em determinados segmentos e apostando em balcões junto aos clientes. Sobre tudo, sendo transparente. "Poderá recuperar reputação se

apostar na sua responsabilidade e se preocupar com as pessoas", afirmou.

Código de cores

Assumindo logo de início as divergências de pensamento com as duas oradoras anteriores, Rui Riso afirmou que "toda a atividade económica deve desenvolver-se com ética. Ao contrário do conceito que se está a aplicar, não é na banca que tudo começa e acaba".

Para o vice-secretário-geral da Febase e presidente do SBSI, a banca tem sido o instrumento que mais rapidamente permite o maior retorno. "O dinheiro nos bancos e os bancos têm donos. A abstração dos mercados e as agências de rating é que determinam a economia dos países, é da sua avaliação que dependem os empréstimos. É aí que devemos introduzir conceitos éticos", defendeu. O presidente do SBSI lembrou que o problema não é só nacional, pois a banca de outros países sofreu o mesmo abalo.

Rui Riso salientou o exemplo das Cajas de ahorro espanholas, que eram o suporte da economia do país e distinguiram-se pela proximidade à população. O mesmo acontece as Caixas de Crédito Agrícola em Portugal. "Empréstimo de dinheiro localmente, conhecem-se as pessoas. Os valores e a ética praticam-se diariamente no que fazemos, no desenvolvimento local, sabendo que o retorno vai ser muito lento", sublinhou.

Considerando que no caso do papel comercial do GES apenas uma minoria não percebeu o que estava a comprar e/ou o bancário terá dado uma explicação insuficiente, Rui Riso defendeu a classificação dos produtos financeiros através de um código de cores, que permita ao cliente identificar facilmente o risco do que está a comprar.

Lembrando que a missão dos sindicatos é defender os trabalhadores, o dirigente da Febase adiantou que a Federação há muito tempo reivindica que a venda de produtos financeiros de risco sejam retirados dos objetivos de classificação profissional dos bancários. "O setor preocupou-se muito com a reprodução imediata do capital e esqueceu os princípios, os valores, a ética. Até contra isso os sindicatos têm de se opor", disse, referindo que quando algo corre mal os clientes viram-se contra o mensageiro, que são os bancários.

Começar por dentro

Mário Parra da Silva, presidente da APEE, destacou a importância do trabalho

conjunto do movimento sindical e das empresas no âmbito da responsabilidade social.

Ao contrário da ideia que se vulgarizou, a responsabilidade social é obrigatória. "As ações que as empresas decidem para cumpri-la é que são voluntárias, no sentido de não estarem definidas na lei", explicou.

"A responsabilidade social não é só da administração mas do seu corpo, que são os trabalhadores", frisou, considerando que não se trata de mera cosmética ou marketing e por isso deve começar no interior das empresas.

O mesmo defendeu a UGT. Nas suas intervenções, tanto Luís Correia como Paula Bernardo salientaram que a vertente interna da responsabilidade social é a menos desenvolvida, porque menos visível. Estas iniciativas devem ser complementares à legislação e o papel dos

sindicatos e da negociação coletiva valorizado. "As empresas não podem ter apenas em vista a maximização dos lucros, se queremos uma sociedade mais coesa, justa e humanista", concluiu o secretário-adjunto da UGT.

Já Paula Bernardo lembrou que esta matéria deve ser transversal a todos os setores de atividade, embora a banca, pela sua especificidade, deva responder às necessidades das pessoas, que são as da economia. ■

Atenção às pensões!



Pedro Raposo e Pereira da Silva durante o debate moderado por Mendes Dias (UGT)

A tendência do mercado é transformar os Fundos de Pensões de benefício definido em contribuição definida. Na banca, 94% ainda são dos primeiros, graças à intervenção dos sindicatos

A sustentabilidade dos Fundos de Pensões (FP) foi o tema abordado pelo Prof. e investigador do ISEG Pereira da Silva, um especialista na matéria e consultor da Febase nas Comissões de Acompanhamento.

"A sustentabilidade dos Fundos de Pensões depende de uma boa política de investimento, do acompanhamento pelas Comissões, de uma boa supervisão e de condições éticas dos gestores", ou

seja, "não utilizar os FP para objetivos diferentes daqueles para que foram criados: serem um património autónomo destinado a pagar prestações sociais privadas", esclareceu Pereira da Silva.

A banca foi durante muito tempo o grande pilar do sistema privado de segurança social alternativa, até à transferência dos FP para o Estado. "Os Fundos de Pensões ficaram reduzidos aos direitos adquiridos até janeiro de 2011", referiu o especialista, explicando que por isso "vão depender da sustentabilidade da banca, do regulador".

Pereira da Silva salientou a tendência, e não só em Portugal, da transformação dos FP de benefício definido em contribuição definida, porque "o mercado financeiro atual, com taxas de juro reais negativas, é incompatível com fundos de benefício definido". Esta alteração, explicou, "deixa às pessoas o encargo de verificar

se o FP tem uma rentabilidade de acordo com o risco".

"Na banca, 94% dos fundos ainda são de benefício definido. E só não estão no outro sistema devido à força dos sindicatos", sublinhou.

Taxa de juro negativa: um risco

A maioria dos FP em Portugal tenha uma carteira conservadora – é um dos países que menos investe em ações, pois o reduzido mercado nacional não é propenso a investimentos arriscados – e por isso não há problemas. Mas como a maior parte do investimento é externo, "no dia em que houver aqui uma crise e o capital externo sair, a situação será problemática", avisou Pereira da Silva.

Por fim, o especialista alertou para o facto de os FP dependerem de dois fatores: a taxa de juro e a mortalidade – e a maioria utiliza tábuas de mortalidade pouco adequadas à realidade.

Quanto à taxa de juro, se sobe melhora a rentabilidade e o valor atuarial; se desce e é negativa, as obrigações aumentam extraordinariamente e os ativos não têm rentabilidade. "Se continuar assim, um dia o *gap* é demasiado para a sustentabilidade do sistema", alertou. ■

O exemplo do Banco de Portugal

Discreto como se espera de um banco central, o regulador do setor bancário desenvolve um papel ativo em matéria de responsabilidade social, apostando em duas vertentes: interna (trabalhadores e reformados) e externa (a comunidade onde está inserido).

"Não é possível fazer coisas para fora e não ter coerência interna", frisou Pedro Raposo, diretor de Recursos Humanos do Banco de Portugal (BdP).

A responsabilidade no BdP assenta em três pilares: o primeiro são os trabalhadores e a instituição "tem um longo historial de apoio aos empregados". O segundo são os reformados do banco, que podem usufruir dos equipamentos sociais, como refeitório e ginásio, bem como têm apoio em lares e instituições "para um fim de vida condigno".

O terceiro pilar é a comunidade onde o BdP está instalado. A sede apoia o Hospital de D. Estefânia, a Sopa dos Pobres e as escolas da zona. "Damos explicações de Matemática e Português aos miúdos referenciados pelas escolas, explicações de um para um". Num regime de voluntariado, os trabalhadores distribuem comida aos sem-abrigo da região. "O banco organiza, apoia, dá enquadramento, mas não renumera estas ações".

As agências, por sua vez, ajudam na literacia financeira junto das escolas das regiões onde estão inseridas.

"Não precisamos de orçamentos loucos, mas de boa vontade. Não posso mudar o mundo, então ajudo a melhorar a rua. E isto é aplicável a qualquer PME", concluiu Pedro Raposo.



CONCURSO FOTO FEBASE

Fotos apuradas no mês de junho



"Olho de rapina"
José Guimarães



"O voo"
Carlos Santos



"Brancas contemplações"
João Amaro



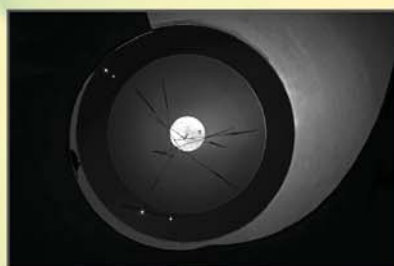
"Cordões"
Domingos Silva



"Uma simples flor"
Manuela Viola



"Comporta"
Domingos Silva



"SyStEm"
Carlos Santos



"Sentinelas do acaso"
João Amaro



"Coroa de leite"
Rui Gonçalves



"Média luz"
Aires Pereira



"Palitos"
Emanuel Pontes



"Candeia que vai à frente"
José Guimarães

TEMPOS LIVRES | Nacional



TEXTOS: PEDRO GABRIEL

Tiro

Pontaria de Rui Martins vale título



Os atiradores do SBSI dominaram o pódio: Rui Martins (centro), Pedro Borralho (esquerda) e Jorge Seabra (direita)

O concorrente do GDST bateu a concorrência por dois pratos e sucedeu ao seu colega João Gouveia como campeão nacional

A final nacional do 18.º Campeonato Interbancário de Tiro realizou-se a 20 de junho em Évora, com a presença de 21 concorrentes. Realizada em quatro pranchadas de 25 pratos cada, esta final teve Rui Martins (GDST/SBSI) como grande vence-

dor, ao acertar num total de 94 pratos (22-24-24-24).

Na segunda posição surgiu Pedro Borralho (GDNB/SBSI), com 92 pratos atingidos (22-21-25-24), ao passo que Jorge Seabra (GDBP/SBSI) foi terceiro, também com 92 pratos (23-24-22-23).

Os atiradores do SBSI dominaram mesmo as primeiras posições da classificação. O campeão da edição anterior, João Gouveia (GDST/SBSI) terminou em quarto lugar, com 91 pratos atingidos (21-22-23-25).

O melhor concorrente do SBN foi José Coelho (CMBCP), que ficou em 8.º, com 84 pratos (23-22-19-20), enquanto Jorge Conceição (SSCCGD) foi o melhor do SBC, em 13.º, com 79 pratos (17-20-24-18). ■

Pesca de Alto Mar

Bicampeonato para Bruno Ferreira

Em Peniche, o pescador do Banco Popular revalidou o título conquistado na época passada

A final nacional do 14.º Campeonato Interbancário de Pesca de Alto Mar realizou-se no dia 30 de maio, contando com a participação de 12 concorrentes: seis do SBSI, quatro do SBN e dois do SBC.

Com 29 exemplares capturados e 1050 pontos, Bruno Ferreira (Banco Popular/SBSI) terminou na primeira posição, conquistando assim o título



Os vencedores Bruno Ferreira, Luís Patas, Rui Nunes e Luís Ferreira (maior exemplar)

que já havia vencido na temporada passada.

No segundo lugar surgiu Luís Patas (Santander Totta/SBSI), com 820 pontos e 25 exemplares. Rui Nunes (Banco BPI/SBC) ficou com o bronze, ao alcançar 19 exemplares que valeram 760 pontos.

Jorge Pinto (Novo Banco/SBN), com 740 pontos e 20 exemplares, e Luís Ferreira (Santander Totta/SBSI), com 700 pontos e 17 exemplares, ficaram na quarta e quinta posições, respetivamente.

Destaque ainda para o maior exemplar do dia, um pargo com 30 centímetros, capturado por Luís Ferreira. ■



Futsal

Team Foot Activobank conquista triplete

Depois do título de veteranos e do título do Sul e Ilhas, a Team Foot Activobank fez o pleno ao sagrar-se campeã nacional. A vítima voltou a ser o Banco BPI

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A decisão do 39.º Campeonato Interbancário de Futsal teve lugar na cidade dos Arcebispos, Braga, no dia 7 de junho, opondo na final a Team Foot Activobank ao Banco BPI, num duelo entre velhos conhecidos. Ambos disputaram a final do Sul e Ilhas, com a vitória na altura a sorrir à equipa do Millennium bcp.

As equipas começaram cautelosas, não descurando uma ou outra oportunidade de inaugurar o marcador. Numa delas, aos 7', Mário Lourenço fez balançar as redes pela primeira vez, adiantando o Banco BPI.

Foram precisos três minutos para voltar a haver festa no Pavilhão Desportivo da Universidade do Minho. Bruno Santos disparou de forma certa e empatou novamente a partida.

Quando toda a gente já pensava no intervalo, Rogério Gomes colocou a Team Foot na frente pela primeira vez. Corria o minuto 19 e o resultado não mais se alterou até ao apito para os balneários.

Impróprio para cardíacos

À semelhança do que havia ocorrido no início do jogo, na etapa complementar as duas equipas demoraram a acertar na finalização. Valeu novamente a pontaria de Bruno Santos, aos 9', para a Team Foot Activobank colocar o score em 3-1. Mas a festa durou pouco, uma vez que um minuto depois, Tiago Dias reduzia para o Banco BPI.

E se esta final já estava a ser emocionante, aos 12', André Pires levou os apoiantes do Banco BPI ao rubro, ao empatar a partida a três bolas. A equipa do BPI recuperava assim de uma desvantagem de dois golos e colocaria incerteza no marcador até final.

No entanto, um dos melhores jogadores da competição voltou a fazer jus

à fama. À passagem do minuto 19, Rogério Gomes bisou e colocava a Team Foot Activobank a segundos da conquista do título.

Desesperados, os homens do Banco BPI fizeram de tudo para levar a decisão para prolongamento mas o resultado não mais se alteraria até final. A Team Foot Activobank venceu por 4-3 e completava assim uma época de sonho, com a conquista dos títulos de Veteranos, Sul e Ilhas e Nacional.

Bronze para o Norte

Na estrada para a final, as duas equipas do SBSI eliminaram os Galácticos da Beira (SBC) e o BPI (SBN). Estas últimas defrontaram-se no jogo de atribuição dos 3.º e 4.º lugares, com a vitória a sorrir aos nortenhos, por 3-1.

O primeiro tempo conheceu três golos. David Silva adiantou o BPI, aos 4', com Jorge Estrela a empatar a partida para os Galácticos, à passagem do minuto 10. Rui Carvalho, aos 14', voltou a marcar para o BPI. Ao intervalo, registava-se a vantagem de 2-1 para a equipa do SBN.

Na 2.ª parte, Rui Carvalho bisou, aos 16', fixando assim o resultado final. ■



A equipa Banco BPI/SBSI ficou em 2.º

O BPI/SBN completou o pódio



Os campeões nacionais

Caminhadas Febase

Último esforço antes de férias

Trinta bravos caminheiros participaram no passeio pedestre por Sintra, o cenário escolhido antes da merecida pausa. O regresso está marcado para setembro, na capital

TEXTO: PEDRO GABRIEL

A caminhada "Rota das Quintas" teve lugar no dia 20 de junho, na sempre maravilhosa Sintra.

Ainda o relógio dava os primeiros acordes das 9h00 e já o sol se fazia sentir, prometendo aquecer o passeio. Foram 30 bravos caminheiros que se juntaram na capela da Malveira da Serra para darem início ao passeio pedestre pelo Parque Natural Sintra-Cascais. A rota escolhida foi a PR1 CSC, num percurso pedestre circular de pequena rota, com uma exten-

são aproximada de 14 quilómetros, em ambiente natural e de trilhos.

Após o habitual abastecimento e feito o briefing inicial por parte da organização, foi dada ordem de partida aos caminheiros.

Calor não desarmou

O grupo começou por rumar em direção à aldeia de Janes, entrando pela serra de Sintra e enfrentando os primeiros trilhos. A densa floresta, característica da zona, forneceu espaços com sombra e ajudou a proteger os caminheiros dos raios solares, sendo essencial para manter o fulgor na caminhada.

As câmaras fotográficas e os telemóveis não tiveram descanso, "disparando" sempre que se justificava. Numa dessas vezes, a meio do percurso, o grupo aproveitou para pausar um pouco, com o objetivo de retemperar forças. Estava-se no Rio da Mula, um cenário fantástico que, além de conferir um descanso renovado, serviu para tirar a foto de grupo da praxe. Apesar do calor que se fazia sentir,

os participantes não desarmaram e seguiram caminho.

Locais com história

Após o descanso, o grupo entrou pela Quinta do Pisão, tendo a oportunidade de observar ruínas de valor cultural e arquitetónico do que fora outrora uma comunidade agrícola e que incluía ainda capela, azenha e forno de cal. A intervenção humana nesta área resultou no surgimento de novos habitats e nichos ecológicos, importantes para a preservação da natureza. São várias as espécies de fauna merecedoras de estatuto de conservação e que estão presentes neste território, ora explorando nichos ecológicos particulares, ora beneficiando da estrutura polissémica dos habitats que aqui convergem.

Depois de ultrapassada a zona das quintas, algumas ainda em plena atividade, o grupo retornou ao ponto inicial, no largo da capela da Malveira da Serra, dando o passeio como terminado. ■



Pedipaper por Lisboa

Com a realização da "Rota das Quintas" ficou concluído o primeiro semestre de 2015 das Caminhadas Febase. Foram cinco iniciativas realizadas, cada uma com as suas características próprias, sempre com grande número de participantes. O balanço dos primeiros seis meses é extremamente positivo.

As Caminhadas Febase regressam em força no dia 26 de setembro, com a realização de um pedipaper pela cidade de Lisboa. Consulte o blogue <http://febase-caminhadas.blogspot.pt/> para fazer a sua inscrição e saber mais informações. Até lá, boas férias! ■



Coros Bancários

Algumas novidades no calendário coralista do SBSI: a substituição do Concerto de Páscoa pelo de Primavera e a estreia do Museu do BdP como palco. A qualidade foi a mesma a que a tradição já nos habitou

Textos: **INÊS F. NETO**

A temporada coralista promovida pelo Pelouro dos Tempos Livres do SBSI sofreu este ano uma alteração, com a estreia do Concerto de Primavera de Coros Bancários, que substitui o Concerto de Páscoa. Agendado inicialmente para abril, foi adiado por diversos motivos e decorreu no dia 16 de junho.

Novidade foi também o local de realização: a antiga igreja de S. Julião, à baixa lisboeta, e atualmente Museu do Banco de Portugal. Local de enorme beleza e excelente acústica, como atesta o facto de ter sido inaugurado como sala de concertos

Em louvor da primavera

pelo Coro do Teatro Nacional de São Carlos. O Museu ficou repleto por uma assistência composta por muitos bancários apreciadores da arte vocal, bem como familiares e amigos. E todos se renderam à mestria dos grupos corais.

Ali se apresentaram seis grupos: o Coro do Clube Millennium BCP, dirigido por António Leitão; o Grupo Coral dos Serviços Sociais da CGD, cujo maestro é João Pereira; o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do BPI, que tem como maestro José Eugénio Vieira e a colaboração de Nataliya Kusnyetsova ao piano; o Coro do Grupo Desportivo e Cultural do Banco de Portugal, dirigido por Sérgio Fontão; o Coral Santander Totta, que Diogo Pombo dirige; e o Coro do Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas, também dirigido por Sérgio Fontão.

Sem a necessidade de apresentar um repertório coadunado a uma festividade litúrgica, os grupos escolheram peças de música sacra e profana, com especial predominância da popular.

Curiosamente, todos os grupos levaram ao concerto temas tradicionais portugue-

ses, da Beira Baixa ("Digo-Dai") à Ilha Terceira ("A Saudade"), de Trás-os-Montes ("Não Segueis o Trigo Verde") ao Alentejo ("Meu Lírio Roxo").

Destaque igualmente para a interpretação de duas peças de José Afonso, "Cantigas de Andarilho", pelo Coro do BCP, e "Natal dos Simples", pelo Coral do BST. Entre os muitos momentos inspiradores, uma nota especial para "Gente Humilde", da autoria da dupla Vinicius de Moraes/Chico Buarque, pela intensidade dos dois solistas do BST, e para "Viva, viva", composição de Antonio Salieri interpretada pelo Coro do BST, o tema mais alegre do espetáculo.

Referência ainda para a continuidade do acompanhamento de algumas obras ao piano, a que o Coro do BPI já habituou a plateia.

Antes do grande final, João Carvalho e António Ramos, da Direção, agradeceram ao BdP e a todos os presentes, desejando a repetição de momentos de tal qualidade e a presença de cada vez mais espetadores. "Que cada um traga consigo um bancário", instaram.

À semelhança do modelo seguido nos Encontros de Coros e como tinha já acontecido no Concerto de Reis, também este espetáculo teve a interpretação de uma peça de conjunto. Mais de uma centena de coralistas dos seis grupos cantou "Dona nobis Pacem" ("Dai-nos a Paz"), de Wolfgang Amadeus Mozart, sob direção do maestro Sérgio Fontão e com acompanhamento de órgão. Foi um dos momentos mais emotivos e bem conseguidos, explorando a intensidade das vozes e proporcionando um excelente momento vocal, encerrando em beleza o espetáculo. ■



Fazer amigos entre os animais

O Dia da Criança foi comemorado da melhor maneira, com uma visita ao Jardim Zoológico de Lisboa. Mais de oito dezenas de crianças tiveram um dia inesquecível

Texto: **PEDRO GABRIEL**

A Comissão de Juventude do SBSI, em conjunto com o Pelouro dos Tempos Livres, organizou um evento comemorativo do Dia da Criança, em 27 de junho, com uma visita ao Jardim Zoológico de Lisboa. Foram mais de 80 crianças a marcarem presença num sábado que certamente perdurará na memória de todos por muitos e bons anos.

Com idades compreendidas entre os 4 e os 14 anos, os jovens aventureiros começaram por ouvir as instruções dos monitores do espaço – cumpridas escrupulosamente – e iniciaram de seguida a visita guiada pelo Jardim Zoológico.

Um dos momentos que mais cativou os petizes foi a alimentação dos leões-marinhos. Ninguém ficou indiferente à felicidade que reinava na altura, tanto de quem recebia alimento, como de quem assistia.

Almoço animado

A visita prosseguiu pela espaço dedicado aos leões, um dos preferidas dos



pequenos. A alimentação dos leões-marinhos abriu o apetite, pelo que era altura de alimentar os humanos. A animação prosseguiu entre dentadas em batatas fritas e muita traquinice.

O período do almoço acabou por demorar mais, o que fez com que os petizes já não conseguissem ver a apresentação de aves em voo livre que estava prevista. No entanto, isso não desmoralizou a pequenada como, aliás, era bem visível no rosto de cada um.

E como uma ida ao Jardim Zoológico nunca fica completa sem golfinhos, a chegada à tão ansiada Baía dos Golfinhos espalhou entusiasmo e alegria. As acrobacias e saltos dos simpáticos mamíferos deixaram muitos de boca aberta.

Dia em cheio

A visita estava quase a terminar e o cansaço começava já a apoderar-se dos pequenos, afinal de contas estava a ser um dia repleto de emoções fortes.

Mas ainda restavam forças para a parte final do percurso. Quando seria de esperar que tivessem algum receio, os petizes não se amedrontaram e viram uma apresentação sobre répteis. As cobras e os crocodilos foram mesmo, a par dos leões, os animais que mais cativaram as crianças.

No final, ainda houve tempo para uma foto de família, que fechou com chave de ouro um dia que miúdos e graúdos não esquecerão tão facilmente. Os laços de amizade saíram reforçados. ■



Pais satisfeitos

A boa disposição era também visível no rosto dos adultos. Para além do feedback extremamente positivo, os pais aproveitaram a ocasião para pedir aos elementos da Comissão de Juventude que organizassem outros eventos dedicados aos mais pequenos.

Cursos do GRAM voltam em outubro

O próximo ano letivo está já em preparação, e mais uma vez apresenta um vasto leque de oferta formativa nas áreas artística e pessoal. E regressam as atividades físicas!

Textos: **INÊS F. NETO**

Dando continuidade a uma das suas atividades de maior sucesso e tradição, o GRAM promove mais uma vez um conjunto de cursos de valorização artística e pessoal.

As opções estão feitas e o planeamento das aulas quase pronto. Os cursos de valorização artística mantêm-se praticamente inalterados, continuando as ações formativas habituais: Arraio-los, Bordado de Castelo Branco, Cerâmica artística, Costura, Desenho, Encadernação, Azulejo, Pintura em porcelana, Pontos bordados tradicionais, Registos, Restauro de loiça, Restauro



de madeira, Técnicas de pintura, Técnicas de paisagem, Vitral e Pintura a aguarela.

A grande novidade é o regresso das ações de valorização pessoal, em horário pós-laboral. Além do Chi Kung, o SBSI volta a proporcionar aos associados Pilates, Zumba e Danças (Salsa e Kizomba).

A proposta formativa do GRAM – com o respetivo calendário de ações – será publicada na revista O Bancário de setembro, mas brevemente estará disponível no sítio online (www.sbsi.pt, atividade sindical – Institucional – Órgãos – GRAM).

Como sempre, as inscrições iniciam-se em setembro. ■

Pesca de Rio

Fernando Antão vence em Coruche

Na 2.ª prova do campeonato, o pescador da CGD teve a prestação mais positiva. Na geral, foi Luís Valério a terminar como líder

Texto: **PEDRO GABRIEL**



A 2.ª prova dos Encontros Interbancários de Pesca de Rio ocorreu em 27 de junho, com a participação de 59 concorrentes, distribuídos por seis zonas.

Fernando Antão (CGD) foi o concorrente mais feliz em prova, ao alcançar 8300

gramas na zona C. Luís Valério (CGD) foi segundo, com 6200 gramas na zona E. No terceiro posto finalizou António Grave (Novo Banco), com 3380 gramas na zona A. Na zona F, Carlos Laranjeira (CCDCAM) conseguiu 2620 gramas, o que lhe valeu o quarto lugar. José Bernardino (Clube

Millennium bcp), com 2450 gramas na zona B, e Joaquim Teixeira (CGD), com 2400 na zona D, terminaram no quinto e sexto posto, respetivamente.

Por equipas, a CGD1, de Fernando Antão, Luís Valério, Joaquim Teixeira e José Marquês, ficou com o primeiro lugar, mercê dos oito pontos conquistados.

Supremacia da CGD

Após a prova, Luís Valério é o líder da classificação geral, com 16800 gramas e dois pontos. António Grave é segundo, com 15060 gramas e dois pontos, enquanto Joaquim Teixeira ocupa o terceiro posto, com 8780 gramas e igualmente com dois pontos.

Coletivamente, a CGD1 é líder, com 28700 gramas e 16 pontos seguida do Banco BPI 1, com 27980 gramas e 23 pontos, e do GDST 1, com 14220 gramas e 27 pontos.

A final do Sul e Ilhas realizou-se no dia 4 de julho, em Cabeção, e daremos conta dos resultados em futuras publicações. ■



A verdade, a mentira

O tempo começou, mais cedo do que se esperaria, a mostrar a validade, a importância e a modernidade do Contrato Coletivo para a atividade seguradora subscrito pelo STAS e pelo SISEP

Texto: **CARLOS MARQUES***

Sucedem-se, ao ritmo do desespero, os comunicados do sindicato da área de seguros afeto à CGTP na defesa do seu apregoado moribundo contrato coletivo de trabalho.

Percebe-se esse desespero pelo que, incapazes de fazerem uma autocritica, tentam manter como linha de coerência após o abandono da mesa de negociações nos finais de 2011. Essa coerência, a que não é alheio o princípio do quanto pior melhor, subsiste não obstante o mais de um milhar de associados que perderam, fartos que estavam de ser enganados e erradamente conduzidos.

Aos sucessivos comunicados portadores de meias verdades e outras tan-

tas mentiras, temos mantido o silêncio necessário, somente desperto quando algum trabalhador menos informado nos questiona sobre o seu conteúdo.

Aí, relembando tudo o que se encontra plasmado nas nossas comunicações, que desde finais de 2011 temos vindo a fazer sobre esta matéria, é facilmente esclarecida a questão do embuste que representa a defesa do contrato, cuja última revisão data de 2008, mas que remonta aos anos 80 do século passado.

O tempo, esse fiel decisor do que é verdade e do que é mentira começou, mais cedo do que se esperaria, a mostrar a validade, a importância e a modernidade do Contrato Coletivo para a atividade seguradora subscrito pelo STAS e pelo SISEP.

As rescisões amigáveis em curso nalgumas seguradoras que envolvem dezenas de trabalhadores mostram bem, se outras provas não existissem, a validade e a importância do contemplado no CCT que orgulhosamente subscrevemos.

Em igualdade de circunstâncias nas regras das indemnizações, a diferença é feita favoravelmente aos nossos associados, quando para além da indemnização acordada lhes é comunicado o valor do PIR, em muitos casos de dezenas de milhares de euros, a que têm direito, mesmo com a saída da atividade seguradora, enquanto os trabalhadores filia-

dos no sindicato afeto à CGTP, perguntando porque não têm igualmente direito, lhes é respondido com o CCT que o seu sindicato teimosamente defende.

E o correto

Com vista à melhoria do Contrato Coletivo subscrito pelo STAS e pelo SISEP, e fundamentalmente com o objetivo de normalizar a negociação da tabela salarial, que lamentavelmente se encontra bloqueada, têm os presidentes dos dois sindicatos efetuado reuniões com as administrações e departamentos de recursos humanos das seguradoras representadas no Conselho de Direção da APS.

Estas reuniões têm decorrido de uma forma muito satisfatória, sendo por isso admissível a possibilidade de em janeiro de 2016 virmos a dispor de uma nova grelha de remunerações na atividade seguradora.

Os dois Sindicatos apresentarão à APS, durante o mês de setembro, uma proposta de tabela salarial, bem como um projeto de CCT substancialmente igual ao atualmente em vigor, mas com a inclusão de uma ou outra cláusula que o tempo e as expectativas dos nossos colegas mostraram ser úteis.

A seu tempo daremos conhecimento a todos os colegas da proposta a apresentar. ■

*Presidente do STAS



Revista **FEBASE** 14 de julho 2015 – 23



A resposta sindical

O capital está a impor as suas regras e, desprezando os trabalhadores, dita normas de trabalho de autêntica escravidão e salários de miséria

TEXTO: **CARLOS CALÇADA DA CUNHA***

O surgimento do capitalismo, em paralelo com o excedente de mão-de-obra, criou uma desigualdade: o capitalista pagava o que pretendia ao trabalhador, dito proletário.

O proletário começou a ver-se na necessidade de se associar e tentar negociar as suas condições de trabalho. Surgem os sindicatos, associações criadas pelos operários, para equiparar a classe, de alguma maneira, aos capitalistas no momento de negociação de salários e condições de trabalho.

O anarcossindicalista, por seu turno, vê o sindicalismo como um método para os trabalhadores, numa sociedade capitalista, ganharem o controlo da economia (pura fantasia).

Preocupo-me porque, com a globalização, retrocedemos e quase voltámos ao período que referi. O capital está a impor as suas regras e, desprezando os trabalhadores, impõe normas de trabalho de autêntica escravidão e salários de miséria.

UGT disponível para negociar

Que resposta dão as centrais sindicais e os sindicatos? A CGTP vai marcando greves e manifestações contra o Governo e nunca se encontra disponível para celebrar acordos que sejam benéficos para os trabalhadores, nem negocia qualquer acordo de contratação coletiva. O interesse desta central acaba por ir contra os dos trabalhadores.

A UGT está quase sempre disponível para o diálogo com o Governo, assim como tem estado disponível para acordos

com os outros parceiros na concertação económica e social.

Apresenta propostas a favor dos trabalhadores e negocia com as empresas acordos de contratação coletiva. A única preocupação da UGT são os trabalhadores, pois uma central só existe para os defender.

Na Europa, os sindicatos têm estado a tentar negociar acordos de contratação coletiva. É para isso que os sindicatos existem, não para querelas políticas.

Em minha opinião, a Europa deve negociar acordos para não termos países de primeira e de segunda. Os trabalhadores merecem, todos eles, o máximo respeito.

Torna-se necessário alterar este paradigma em Portugal, pois os nossos trabalhadores têm direito a serem tratados com dignidade. Os capitalistas devem respeitar os trabalhadores e, para isso suceder, os sindicatos têm que compreender que só existem para discutir e tentar acordos para benefício dos trabalhadores e não para guerras com os governos eleitos. ■

**Vice-presidente do Conselho Permanente do SISEP*

COLUNA DO ASSOCIADO

Para que serve a escola?

A educação não pode ser neutra: ou é positiva ou negativa; ou enriquece ou empobrece; ou faz crescer ou deprime

TEXTO: **CARLOS CALÇADA***

Neste período de férias vamos pensar e meditar para que servem as escolas, se a maioria dos pais deve continuar ausente da escola, se os professores devem continuar a pensar que os pais são uns intrusos nas escolas.

A escola é uma instituição concebida para ensinar os nossos filhos (alunos) sob a direção de professores. E com os sistemas formais de educação: ensino básico, ensino secundário e ensino superior.

A grande maioria compartilha um grande respeito pela educação escolar, por esse motivo pretendemos que os nossos filhos frequentem as melhores escolas. E o que será a melhor escola?

Aquela em que se "aprenda mais"? O que é aprender mais? Inglês, Informática, Matemática. Ou consideramos também uma boa escola a que tem muitas atividades, ou uma de que se diga que os professores são muito exigentes, reprovando a seu belo prazer para prover serem bons professores?

Preparar para a vida

A escola é uma instituição que prepara para a vida, garante a aptidão para o trabalho. As escolas são também espaços organizados para o ensino e aprendizagem. As salas de aula, onde os professores ensinam e os alunos aprendem. A educação não pode ser neutra: ou é positiva ou negativa; ou enriquece ou empobrece; ou faz crescer ou deprime. A missão da escola é desenvolver o sentido do verda-



deiro, o sentido do bem e o sentido do belo. Como acabei de exprimir, temos que amar a escola porque nos educa para o verdadeiro, para o bem e o belo.

Em um mundo globalizado onde as informações transitam com a velocidade do pensamento, ainda resta espaço para uma entidade informar alunos? Será a escola uma lembrança que resiste à passagem do tempo? Por que existem professores? Serão eles defensores de uma profissão falida? Os professores de hoje não são, afinal de contas, tocadores de realejo que a tecnologia extinguiu?

Quero afirmar que os professores nunca tiveram um papel tão crucial no nosso futuro coletivo.

Palco de socialização

As escolas existem e não podem deixar de existir por três finalidades básicas e outras três distintas. Só vou referir duas finalidades. Uma, será a primeira, é situar-se como um ambiente pródigo em socialização, onde as crianças e adolescentes aprendem a viver em comunidade. A segunda finalidade é insinuar-se como um ambiente que prepara o ser humano para o trabalho.

Há quem afirme que as escolas públicas estão para ser extintas. É pura

ilusão, pois as escolas públicas têm tendência para serem cada vez mais fortes.

Mas temos que ter consciência que o País tem falta de recursos financeiros. Uma das causas é a falta de crescimento, pois só no ano passado se começou a crescer, mas muito pouco, assim como a própria Europa está a crescer a um ritmo muito baixo. Por esse motivo vamos continuar a ter dificuldades nas nossas escolas, por esse motivo se torna necessário cada vez mais os pais participarem e estarem presentes nas escolas.

Termo solicitando aos pais para acompanharem os vossos filhos na escola, pois as crianças não pediram para nascer, por esse motivo temos toda a responsabilidade para os acompanhar e fazer parte das associações de pais.

Vou deixar uma mensagem do Papa Francisco aos pais separados: "Não façam dos filhos reféns", já que, por vezes, nas discussões "são os filhos que carregam o peso da separação". Outra mensagem do Papa Francisco: "Os pais não se devem autoexcluir da educação dos filhos, mas reapropriar-se do seu papel insubstituível". ■

CPS/PSD em representação dos TSD



O SBN apoia o pagamento de propinas universitárias dos associados e dos respetivos filhos. A ajuda nos manuais escolares contempla filhos e netos

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Linhas de crédito para o ensino superior e para compra de livros escolares

Pelo terceiro ano consecutivo, o SBN vai ajudar os associados no pagamento das propinas universitárias, tanto dos respetivos filhos como das próprias, através de uma linha de crédito com facilidades de pagamento e sem cobrança de despesas de fracionamento.

O Sindicato comparticipa com o valor máximo de 1.200 euros – ou menor, conforme o valor da propina anual do estabelecimento de ensino em causa – por cada filho ou associado que se encontrem a frequentar o ensino superior, público ou privado, com possibilidade de pagamento em doze prestações, em valores mínimos de 50 euros mensais.

A data do início da inscrição é imediata e tem limite em 16 de novembro.

Por outro lado, e desta feita pelo quarto ano consecutivo, o SBN vai ajudar os associados na compra de livros escolares para os respetivos filhos e netos entre o 1.º e o 12.º ano, também através de facilidades de pagamento e sem cobrança de despesas de fracionamento.

Com a parceria efetuada com a empresa livreira Porto Editora, para além daquelas facilidades de pagamento os associados usufruirão de um desconto



de 10% sobre o preço de venda ao público.

Os interessados deverão preencher um documento e um questionário existentes nos serviços do SBN, para que os mesmos possam efetuar corretamente e com a maior rapidez possível as encomendas, a fim de, no conforto dos lares, nos empregos, ou diretamente na Porto Editora, levarem todos os livros sem as normais perdas de tempo.

Inscrição imediata

Tanto as inscrições como o respetivo pagamento deverão ser efetuados nas instalações do SBN, na Rua da Fábrica, 81. Mais informações complementares podem ser obtidas através dos telefones 223398800/05/09/17/48, do fax 223398877 ou do e-mail sag@sbn.pt

A data do início da inscrição é imediata e tem limite em 15 de setembro.

Relativamente ao levantamento das encomendas na livraria, o associado deverá fazer-se acompanhar de uma credencial, carimbada pelo SBN.

Para que as encomendas possam ser entregues nas moradas de cada associado, ao valor dos livros escolares acresce um custo de portes, incluído na linha de crédito.

É obrigatória a lista adotada pela escola em causa, com ano, área e respetivos autores, sem cujos elementos não é possível aos serviços efetuar a requisição.

O levantamento dos livros pode ser efetuado na Porto Editora (Rua da Fábrica), na morada da habitação (referindo o código postal incluindo os três dígitos) ou em outra morada (também com o código postal incluindo os três dígitos). Não é permitida a entrega em apartados. ■

Comissão Sindical de Delegação de Mirandela

Dispersão geográfica obriga a "ginástica" de atuação

Apoiar os bancários nos balcões em todas as áreas é assumido como a missão principal

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA

Luís Batista – coordenador e único a tempo inteiro –, Maria Manuela e Carlos Gonçalves constituem a Comissão Sindical de Delegação de Mirandela. Na entrevista falaram sobre as realidades, as dificuldades e o futuro.

P – Gostaria que comessem por caracterizar a área geográfica desta delegação.

R – Ora aqui está uma primeira grande questão. De facto, temos de acudir a uma área geográfica muito vasta, onde os bancos têm balcões principais nas sedes dos concelhos de Mirandela, Macedo de Cavaleiros, Mogadouro, Freixo-de-Espada-à-Cinta, Torre de Moncorvo, Vila Flor, Carrazeda de Ansiães e Alfândega da Fé, para além de registarmos a existência de balcões em Torre de Dona Chama, Chacim e Carviçais. Por isto se pode ver que estamos muito dispersos, o que coloca uma multiplicidade de problemas à nossa missão nas visitas que efetuamos. Mas, para além destas, também existem outras programadas com a Direção – duas vezes por semestre e que tanto nós como os associados consideramos igualmente necessárias.

P – Isso quer dizer que a vossa atividade vos obriga a frequentes ausências?

R – Embora essa seja uma realidade, daí não pode ser deduzido que haja uma quebra da atividade na sede, porque quando assim acontece os contactos e as diligências são feitos por telefone e por e-mail. E nas alturas em que o coordenador é obrigado a sair da sede para ir aos diversos balcões, os contactos ficam afixados na porta, motivo pelo qual nunca, mas nunca, houve nem haverá qualquer hiato na comunicação com os associados. Esta dispersão geográfica obriga-nos a uma certa "ginástica" na nossa atuação. Quem não tem cão caça com gato... Não é por isso que os resultados do nosso trabalho têm sido menos profícuos... Até porque funcionamos de forma colegial e todas as nossas decisões são tomadas por unanimidade.



Da esquerda para a direita: João Carvalho Silva (do Pelouro de Dinamização Sindical e Sindicalização do SBN), José António Gonçalves (responsável por aquela estrutura), Maria Manuela (delegação de Mirandela), Luís Batista (coordenador) e Carlos Gonçalves (da mesma delegação).

P – Se vos pedir para definirem qual a vossa missão principal, como o fariam?

R – De uma forma muito simples: apoiar os colegas nos balcões em todas as áreas que necessitarem. Aliás, tudo temos feito nesse sentido. Reconhecemos que não tem sido uma tarefa fácil, mas para quem gosta daquilo que faz, é um desafio verdadeiramente empolgante, para mais estando sujeitos a tantos constrangimentos.

Encerramento de balcões

P – Este é o vosso segundo mandato...

R – Pois é. E quando cá chegámos, aumentámos significativamente o número de associados, situação que agora se tem vindo a inverter, não pela saída de sócios do SBN para outros sindicatos, mas pelo encerramento de balcões – designadamente do Barclays e do Banco Popular – e pela transferência de associados para o âmbito geográfico de outras delegações. E nota-se que tem havido uma redução de efetivos nos balcões, que estão atualmente muitos deles dotados de apenas dois ou três bancários.

P – Quais são as vossas atividades na área do lazer?

R – No que a esta área diz respeito, temos um programa de ação que se centrou, no ano passado, no magusto e na ceia de Natal, tendo principalmente

esta última constituído um momento de grande significado, uma vez que congrega cerca de 130 participantes, entre associados e familiares. Nestas alturas contamos também normalmente com a presença do presidente do sindicato e de outros elementos da Direção. Mas a delegação está aberta a todas as sugestões que os colegas entendam propórios para a realização de outros eventos.

P – Para terminar, a vossa apreciação sobre o funcionamento do SAMS...

R – Nesse aspeto, a grande dificuldade é aquilo que se vive nas regiões do interior. Ou seja, existe uma oferta razoável em Mirandela e em Macedo de Cavaleiros, com um défice em todas as outras localidades da área geográfica desta delegação, o que vale por dizer que têm de ser os associados a deslocarem-se a estes dois concelhos ou a outras zonas.

Por isso estamos abertos a indicações concretas que os nossos associados nos transmitam – porque eles é que conhecem o terreno – no sentido de tentarmos conseguir protocolos descentralizados com médicos ou com outros prestadores de cuidados de saúde. Mas não queremos terminar esta entrevista sem deixarmos uma saudação expressa aos serviços centrais do SAMS e do SBN pela disponibilidade que sempre têm evidenciado para com a delegação de Mirandela. ■

TEXTO: FRANCISCO JOSÉ OLIVEIRA



Da esquerda para a direita: Joaquim Lima (membro a tempo inteiro da Comissão Sindical de Empresa do BPI), João Carvalho Silva (do pelouro de Dinamização Sindical e Sindicalização do SBN), José António Gonçalves (responsável por aquela estrutura) e Miranda Cardoso e José Duarte (membros a tempo parcial da CSE)

ponente solidária. Mas mesmo esta mensagem é difícil de penetrar nos mais novos, que são incrivelmente egocêntricos. E, claro, focamos também as virtualidades do serviço de contencioso do SBN, que prima por uma excelência ímpar, além de uma enorme multiplicidade de ofertas nas áreas da cultura, do desporto e do lazer.

Fusão, a bomba atômica

P – Como avaliam o futuro, que por aí se avizinha a passos tão gigantescos?

R – Não podemos esconder a nossa muita preocupação. Desde logo, pelo facto de o setor continuar a diminuir o contingente de trabalhadores bancários. Depois, porque no nosso banco continuam as reformas antecipadas, ou seja, a saída dos trabalhadores que têm mais anos de casa e maior consciência sindical, com um maior número de anos de sindicalização e com um forte amor à camisola do SBN. Por outro lado, os trabalhadores que saem não são substituídos por novas contratações, devido ao sistemático recurso ao *outsourcing*. Também, por outro lado, a finalização das negociações do ACT constitui outro ponto de interrogação.

associados, porque no BPI há muitos trabalhadores que não têm acesso a e-mail externo. É certo que este sistema implica a duplicação da informação para alguns, mas sempre é bem melhor do que haver muitos que não tenham informação nenhuma.

P – Relativamente ao SAMS, qual é a sensibilidade que registam por parte dos colegas, aquando das visitas aos balcões?

R – É curioso que, regra geral, logo que entramos num balcão o primeiro tema com que somos confrontados é precisamente esse – o SAMS, designadamente em termos de participações e de acordos. E é consabido que as pessoas do Grande Porto estão mais bem servidas

do que aquelas que trabalham em localidades periféricas. Por outro lado, é incrível como os bancários continuam a confundir tanto o sindicato com o SAMS.

P – E como é que vocês atuam, nessas circunstâncias?

R – Primeiro, tentamos perceber até que ponto vai a desinformação – que, frequentemente, é bastante. Depois, desenvolvemos um aturado trabalho de esclarecimento. Porque o nosso SAMS não é um mero seguro de saúde.

P – Essa mensagem passa com facilidade?

R – Sabe, o problema é que há pessoas que têm um raciocínio e um modo de estar na vida bastante primário. Deixam-se levar por um imediatismo inacreditável, que procuramos desmontar, tentando que elas entendam as vantagens do nosso SAMS nas situações mais difíceis e mais problemáticas, com uma fortíssima com-

eterno jargão da qualidade de serviço, o que conta para a avaliação anual. Ou seja, trata-se de uma plataforma de desempenho que se repercute na avaliação. Por outras palavras, é também mais uma forma encapotada de avaliar os trabalhadores, que por vezes se sentem frustrados e injustiçados a nível dessa mesma avaliação.

SAMS sempre presente

P – Qual é o modo de funcionamento da vossa Delegação Sindical?

R – O nosso trabalho é sempre articulado com a Direção do SBN, não só em relação às visitas, orientadas e acompanhadas por um ou mais membros da Direção, com exceção dos balcões do Grande Porto, que são visitados por nós. Para além disso, implementámos uma plataforma interna que permite a divulgação de toda a informação da área sindical pelo conjunto dos nossos

saída menos gravosa. Para dizer de outra forma: quem talvez se sinta menos pressionado são aqueles que têm mais de 25 ou 30 anos de casa, até porque todos os anos tem havido negociações conducentes a pré-reformas.

P – Já ouvimos falar num tal projeto Vitória...

R – Pois é. E nos balcões está instalada uma grande preocupação no que diz respeito a esse mesmo projeto Vitória, que tem uma coreografia muito própria e complexa, dividida em funções, com o objetivo de maximizar o aproveitamento do tempo de trabalho e o da venda de produtos. Isso leva a que as pessoas fiquem de tal modo absorvidas com a competição interna e interbancos, devido a fatores como sejam a venda de novos produtos, que lhes provoca uma pressão sobre-humana devido a objetivos excessivamente exigentes, aparentemente suavizados sob o

R – Sem a mais pequena sombra de dúvida que é um ambiente de apreensão generalizada, seja pela OPA que não chegou a ser, seja pela ameaça de fusão que não se percebe como possa vir a ser feita. A tudo isto, acresce que se vive uma sensação de grande preocupação pelo desfecho que possa vir a verificar-se no que diz respeito à problemática da fusão, também é verdade que os receios se concentram muito em quem liderará o processo, depois de ele ser consumado, se é que poderá verificar-se tão dramática perspetiva.

P – Posso inferir que existe um clima de medo?

R – A expressão mais adequada talvez seja a de muita insegurança. Principalmente por parte dos que estão no banco há menos tempo, porque se nota que quanto aos mais antigos, esses sentem que, em situações limite, têm mais possibilidades de negociar uma

O futuro do banco – entre a desistência da OPA e a possibilidade de fusão – preocupa os trabalhadores. O desfecho da negociação do ACT também provoca ansiedade

Joaquim Lima (tempo inteiro), José Duarte e Miranda Cardoso (tempo parcial) foram os elementos da Comissão Sindical de Empresa do BPI – Norte – que connosco conversaram, dando-nos conta do ambiente de apreensão geral que se vive naquela instituição de crédito.

P – Dos contactos que vêm mantendo com os vossos colegas, qual o ambiente que se pode inferir da vivência na instituição que representam?

Comissão Sindical de Empresa do BPI (Norte)

"Vive-se um ambiente de apreensão geral"

Textos: SEQUEIRA MENDES

Sindicato apoia despesas escolares

Os associados com filhos em idade escolar podem requerer empréstimo para a compra de material escolar e livros ou pagamento de propinas

Desde o ano escolar 2012/2013 que o SBC tem vindo a assinalar a abertura dos anos letivos com um apoio especial para despesas escolares, direcionado aos filhos dos associados.

Tendo em conta que se mantém os mesmos pressupostos que em 2012 levaram à sua criação, a Direção decidiu manter esse apoio para o ano letivo 2015/2016, nos seguintes termos:



1 - Até 500,00 euros por estudante do agregado familiar inscrito até ao 12.º ano, a liquidar em prestações iguais e

sucessivas, até ao máximo de 6 meses, sem juros;

2 - Até 1.500,00 euros por estudante do agregado familiar inscrito no ensino superior, a liquidar em prestações iguais e sucessivas, até ao máximo de 12 meses, sem juros.

O empréstimo, pois é disso que se trata, deve ser requerido através de um impresso próprio, devendo ser acompanhado de comprovativo de frequência emitido pelo estabelecimento de ensino e do comprovativo das despesas efetuadas e, ainda, da autorização de débito em conta.

As inscrições serão consideradas por ordem de entrada no Gabinete de Apoio à Direção e limitar-se-ão à disponibilidade financeira do Sindicato. ■

Distrito de Leiria

Visitadas todas as agências da CGD

A proximidade do Sindicato aos trabalhadores é o lema desta Direção

Avante sindical, nomeadamente a presença do SBC junto dos seus associados e dos trabalhadores em geral, não tem paralelo nos últimos anos, pois o Sindicato tem sido um exemplo de proximidade e de relações frutuosas com os associados nos locais de trabalho.

É neste contexto que está a ser desenvolvida uma campanha de sindicalização dirigida, por agora, para a CGD.

Assim, foram visitados todos balcões da Caixa da área sindical do distrito de Leiria, tendo sido enunciadas aos trabalhadores todas as vantagens que têm em ser associados do SBC. Seguir-se-ão os outros distritos.

Carlos Bicho, vice-presidente do SBC e responsável pela sindicalização, refere



que faz todo o sentido explicar aos colegas da CGD as vantagens que existem em se "fazerem associados de um sindicato vertical, que inserido na Febase tem por si um âmbito nacional, o que lhe confere

uma grande capacidade reivindicativa e grande força negocial.

O dirigente enumera outra vantagem no campo da saúde, quando diz que "ao poderem frequentar os nossos Postos Clínicos, os trabalhadores da CGD ficam com uma maior amplitude de escolha". Ainda no campo social, Carlos Bicho refere o apoio jurídico-laboral gratuito, o apoio judiciário de caráter particular e a utilização e fruição de todas as atividades promovidas pelo Departamento dos Tempos Livres. ■

Obras de beneficiação no posto clínico de Leiria

Chegou agora a vez de o Posto Clínico de Leiria entrar em obras de beneficiação, à semelhança do que já aconteceu com os Postos Clínicos de Viseu, Figueira da Foz e Caldas da Rainha.

O Conselho de Gerência do SAMS comunica a todos os beneficiários o encerramento do Posto Clínico de 13 a 24 de julho, período em que decorrerão os trabalhos.

Na convicção de que as obras de remodelação irão certamente proporcionar melhores instalações, melhores serviços e, em consequência, melhores cuidados médicos para todos, o Conselho de Gerência apresenta as suas desculpas a todos os sócios e beneficiários pelos incómodos daí resultantes. ■



Carlos Bicho dirige a campanha

Pesca de Rio

Paulo Figueiredo lidera classificação

A competição está renhida, pelo que a última prova será determinante para apurar os representantes do SBC na final nacional



Estão a decorrer as provas de apuramento de Pesca de Rio, com vista à seleção dos dez representantes do SBC à fase final nacional.

Estão concluídas duas provas e nada está definido quanto a classificações finais. Tem havido grande equilíbrio, pelo que tudo leva a crer que a última prova irá ser determinante.

A primeira prova regional teve lugar no dia 6 de junho, no Choupalinho. Esperava os pescadores um dia de muito sol e calor, ótimo para a prática da modalidade. O peixe não se fez rogado, saindo em abundância, tendo-se pescado, no conjunto das três zonas por que estavam distribuídos os pescadores, 13.190 gr. O primeiro classificado desta primeira prova foi Rui Nunes, do BPI, que faz parte da equipa do GDBPI.

A segunda prova disputou-se em Montemor-o-Velho, no dia 20 de junho. Tal como na primeira prova, o dia estava muito bom para a atividade dos pescadores, pese embora a existência de muitos limos no canal, o que dificultou a retirada da água do peixe pescado. Ultrapassadas estas dificuldades, a prova foi muito competitiva, sendo de destacar Carlos Faria da Cunha, do BPI e igualmente da equipa do GDBPI, que retirou da água 3.820 gr, sagrando-se vencedor desta prova.

No cômputo das duas provas realizadas, a prova é liderada por Paulo Figueiredo, do Millennium/BCP, que participa na equipa do Clube Millennium/BCP.

Por equipas, destaque para a equipa do GDBPI, com uma vantagem de três pontos face à equipa do Clube Novo Banco.

A última prova realizar-se-á no dia 5 de Setembro, na pista de Montemor-o-Velho e vai ser decisiva para sabermos quem serão os nossos representantes à fase nacional. ■

Convívio piscatório em Folhadosa

Uma trintena de pescadores respondeu à chamada e valeu a pena: no total foram capturados 45 quilos de peixe



A Secção Regional de Viseu levou a efeito o seu convívio de Pesca no dia 30 de maio, em Folhadosa, nas belíssimas lagoas da Fundação Dr. António Tovar de Magalhães, o primeiro deste ano. Estes convívios que obrigam a madrugar bem cedo – pois às oito horas todos os pescadores encontravam-se no local da concentração – são já um ícone da pesca desportiva convivial deste Secretariado e uma "exigência" dos pescadores convivas.

O tempo ajudou, com um céu magnificamente limpo, muito sol e vento fraco, isto é, estavam reunidas todas as condições para que mais uma vez este evento redundasse num sucesso, à semelhança dos anteriores.

Responderam à chamada trinta pescadores, com o peixe a sair em abundância, para delícia de todos, já que toda a gente capturou muito peixe. No total foram pescados mais de quarenta e cinco quilos de peixe.

Como vem sendo hábito neste convívio, a sirene chamou todos os pescadores para a tradicional piqueta, eram 10h30, apresentando-se esta com tanta quantidade e tamanha qualidade que encantou todos os presentes.

A pesca foi retomada, e finda a competição procedeu-se à pesagem do peixe capturado e à sua devolução às águas das lagoas. Pelas 13h00 foi servido um opíparo jantar, onde o convívio, a alegria e boa disposição estiveram presentes.

Findo o almoço foram distribuídos os prémios e lembranças a todos os pescadores, ficando assim ordenada a classificação dos cinco primeiros: José da Silva Ferreira, 4,640 kg; António Cascão, 3,430 kg; António Ribeiro Morais, 3,000 kg; José Nuno Lapa, 2,300 kg, e Ilídio Marques, 2,230 kg. ■



Centro de Férias

Sindicato dos Bancários do Sul e Ilhas

Super oferta

**Para sócios e familiares do SBSI
e de sindicatos filiados na UGT e na FEBASE**

5 dias 4 noites

60€

Época alta

1 a 15 de setembro

Preço por pessoa em quarto duplo com pequeno-almoço

94€

Preço por pessoa em quarto duplo
com pequeno-almoço incluído e meia pensão

80€

Época especial

julho e agosto

Preço por pessoa em quarto duplo
com pequeno-almoço

116€

Preço por pessoa em quarto duplo
com meia pensão

152€

Preço por pessoa em quarto duplo
com pensão completa



Centro de Férias e Formação

Casal do Zote – Bêco – 2240-208 Ferreira do Zêzere
Tel.: 249 360 200 – Fax: 249 360 290 – centroferias.formacao@sbsi.pt

N 39°45.978' W 8°19.001'

